

O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: REFLEXÕES ACERCA DAS BARRREIRAS EXISTENTES NA INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Mônica Lilian de Farias¹; Risonete Rodrigues da Silva²; Tania Maria Goretti Donato Bazante³

Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA.

EMAIL caa@ufpe.br

Resumo

Mesmo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), ainda há muito a ser superado e conquistado em relação as barreiras que podem obstruir as participação da pessoa com deficiência intelectual na sociedade e principalmente no âmbito escola. Diante de tal realidade surgiu a seguinte inquietação como o estatuto da pessoa com deficiência tem contribuído no processo de inclusão escolar da pessoa com deficiência intelectual, na perspectiva da superação das barreiras que são encontradas em seu cotidiano? Com o intuito de responder nossa inquietação, elencamos como objetivo geral: compreender como o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Brasileira de Inclusão, contribui para a superação das barreiras encontradas pelo aluno com deficiência intelectual, em relação a inclusão escolar. Como objetivos específicos: identificar as barreiras que contribuem para que ocorra a exclusão ou segregação das pessoas com deficiência intelectual nas instituições de ensino; Reconhecer as necessidades fundamentais para que haja a superação dessas barreiras para a inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual. A pesquisa é qualitativa e para coleta de dados foi realizada a entrevista semiestruturada, na qual utilizamos análise de conteúdo segundo Bardin (2004). Assim, concluímos que há grande desconhecimento por parte dos pais entrevistados a respeito do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Que os mesmo, não se valem do Estatuto da Pessoas com Deficiência por não conhecê-la, desse modo a mesma não esta sendo usada como instrumento de luta, de superação e de validação dos direitos dos seus filhos.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Deficiência Intelectual, Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Introdução

Este trabalho é parte das atividades realizadas como estudantes e profissionais, e que está articulado, agora, ao grupo de estudo e pesquisa LAPPUC (Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas, Currículo e Docência - UFPE/CNPq). Entre as atividades realizadas no grupo vem

¹ Aluna em caráter Especial da disciplina Avaliação no Programa de Pós-Graduação em Educação, em Ciência e Matemática – PPGECM – Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. Integrante do LAPPUC – Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas, Currículo e Docência (UFPE/CNPq). monica321_2@hotmail.com

² Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Educação, em Ciência e Matemática – PPGECM – Universidade federal de Pernambuco – Centro acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. Integrante do LAPPUC – Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas, Currículo e Docência (UFPE/CNPq). risoneteprof@gmail.com

³ Dr^a em Educação (UFPB) - Prof^a adjunta da Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste – UFPE/CAA. Pesquisadora/integrante Laboratório em Pesquisa de Políticas Públicas, Currículo e Docência (UFPE/CNPq)

dedicado um ciclo de debates sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira da Inclusão Nº 13.146 de 06 de julho de 2015, nesse movimento articulamos os debates e as demais discussões sobre as palavras chave consideradas neste trabalho e na pesquisa com os pais.

Diante dos estudos e discussões do grupo, surgiu a seguinte inquietação: como o estatuto da pessoa com deficiência tem contribuído no processo de inclusão escolar da pessoa com deficiência intelectual, na perspectiva da superação das barreiras que são encontradas em seu cotidiano?

Assim, tomamos como objetivo geral: compreender como o Estatuto da Pessoa com Deficiência contribui para a superação das barreiras encontradas pelo aluno com deficiência intelectual, em relação à inclusão escolar. Como específicos: identificar as barreiras que contribuem para que ocorra a exclusão ou segregação das pessoas com deficiência intelectual nas instituições de ensino; Reconhecer as necessidades fundamentais para que haja a superação dessas barreiras para a inclusão escolar do aluno com deficiência intelectual.

É certo que significativas mudanças na sociedade e nos governos em relação à visão da pessoa com deficiência foram surgindo ao longo dos tempos. Para melhor compreensão faremos um breve relato das conquistas obtidas por essas pessoas que historicamente foram marcadas por preconceitos e discriminações.

Breve histórico das conquistas da pessoa com deficiência

Diante do período de pós-guerra, houve a necessidade de se construir uma lei que contemplasse este novo contexto social que resultou das sequelas deixadas pelos conflitos, onde muitos soldados, e mesmo civis, que sofreram amputações tornaram-se deficientes físicos. Além de muitas pessoas terem desenvolvido problemas na audição e problemas psicológicos, entre outros. Por outro lado, “essas vítimas da guerra eram “heróis de guerra”, e como tal não poderiam ser, simplesmente desprezados pela sociedade, visto que a tradição bélica dos governos era o reconhecimento público pelos serviços prestados pelos ex-combatentes”. Silva, Duarte e Silva Júnior (2017, p. 2).

Neste período, precisamente no ano de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi promulgada, trazendo os princípios de igualdade, liberdade de locomoção, segurança, integridade física e à segurança pessoal e o direito a instrução independente da pessoa ser deficiente ou não. Pois, de acordo com o art. 1 da Declaração dos Direitos Humanos “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. O artigo 7, desta declaração, diz:

Todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. (UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009).

No decorrer dos anos, foram construídos novos paradigmas acerca das pessoas com deficiências. Essas novas concepções foram resultados de lutas da sociedade civil, bem como dos familiares e das próprias pessoas com deficiência. Tais lutas alicerçaram leis que vieram assegurar e promover direitos a essas pessoas, antes deixadas a margem da sociedade. Durante décadas, não foram efetivas políticas públicas de acesso à educação, sempre prevalecendo a concepção de “políticas especiais” para tratar alunos com deficiências.

Em 1988, a Constituição Federal abordou a temática da pessoa com deficiência trazendo como um dos objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3º, inciso IV). No artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”. Estando a pessoa com deficiência contemplada na carta Magna brasileira, foi impulsionada a criação de outras leis que contemplou essa temática.

Nos anos seguintes, documentos como a Declaração Mundial de Educação para todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) um dos principais marcos históricos, que reuniu 94 representantes de governos e organizações não governamentais (Ongs), passam a influenciar de maneira efetiva a promulgação das políticas públicas da educação inclusiva. Como principais recomendações da Declaração de Salamanca, podemos destacar:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 1)

No contexto nacional brasileiro, em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9.394/96 – Reconhece a educação como instrumento fundamental para a integração e participação de qualquer pessoa com deficiência no contexto em que vive. Também a Convenção de Guatemala em (1999)

promulgada no Brasil pelo decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas.

No Decreto Lei Nº 6572/2008 que dispõem sobre a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem.

Em 2015, tendo como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e seu Protocolo Facultativo, ratificado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008. Assim, a educação inclusiva é cada vez mais debatida e torna-se objeto de estudo e pesquisa nos meios acadêmicos.

Educação Inclusiva

A sociedade tem demonstrado cada vez mais uma abertura e acolhimento a perspectiva da educação inclusiva. Porém, muitas pessoas ainda tem a ideia que educação inclusiva se restringe as escolas que tem na sua estrutura física rampas e banheiro acessível ou é aquela que têm em seu quadro de alunos, pessoas com alguma deficiência. Entretanto, a educação inclusiva é bastante ampla e expressa uma educação para todos independente de etnia, religião, preferencia sexual ou situação socioeconômica.

No fio dessas considerações, destacamos que nossa pesquisa trata da educação inclusiva de pessoas com deficiência intelectual. E através do estudo do Estatuto da Pessoa com Deficiência, estamos fazendo uma reflexão sobre as barreiras que estão presentes nos diversos setores públicos e nas instituições escolares. É certo, que as práticas educativas vêm sendo aprimoradas a cada dia, para que possam se adequar as leis que asseguram o direito a educação as pessoas com deficiência.

Sobre a proposta da educação inclusiva, Carvalho (2006) pontua que:

O entusiasmo aparece manifesto em muitos educadores e pais, certos de que, na diversidade, reside a riqueza das trocas que a escola propicia. Uma turma heterogênea serve como oportunidade para os próprios educandos conviverem com a diferença e desenvolverem os saudáveis sentimentos de solidariedade orgânica. (CARVALHO, 2006, p. 27)

Infelizmente ainda há educadores que se sentem impotentes e sem formação adequada para trabalhar com as diferenças, principalmente com a deficiência intelectual. Porém, é a partir da vivência com os alunos, do contato com a família e do seu contexto social que poderemos elaborar atividades pedagógicas que venham contribuir de forma significativa no desenvolvimento pessoal, e no ensino e aprendizagem dos nossos alunos.

Deficiência Intelectual

Ao longo dos anos o conceito de deficiência intelectual sofreu várias mudanças de terminologias e definições como: oligofrenia, retardo mental, atraso mental, deficiência mental, etc. De acordo com Krynski (1983), esse tipo de deficiência é um vasto complexo de quadros clínicos, produzidos por várias etiologias e que se caracteriza pelo desenvolvimento intelectual insuficiente, em termos globais ou específicos.

Nesta mesma direção, o DSM-IV (1996) traz como características diagnósticas da pessoa com DI (deficiência intelectual):

A característica essencial do Retardo Mental é um funcionamento intelectual significativamente inferior à média (Critério A), acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, auto-suficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança (Critério B). O início deve ocorrer antes dos 18 anos (Critério C). (SCHAFFER,1996. DSM - IV)

Diante das características de baixo funcionamento intelectual e limitações, as pessoas com deficiência intelectual tiveram vários momentos no cenário da educação. Inicialmente e por um longo tempo da história eles ficaram totalmente a margem das instituições escolares, depois passaram a ser segregadas em instituições especializadas. Posteriormente com o advento dos debates e leis sobre a inclusão eles foram inseridos nas escolas e atualmente estão lutando para que seja efetivado o que é trazido nas leis, como por exemplo, no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Após, as lutas e conquistas, o número de matrículas de alunos com deficiência intelectual vem aumentando expressivamente, obrigando as escolas a reverem seus princípios educacionais. Onde se faz necessárias mudanças na formação docente e uma reestruturação do currículo, das práticas e da avaliação, para que se efetive a educação inclusiva.

A partir da promulgação do decreto lei n ° 6571/2008, esse público conta com o apoio do AEE (Atendimento Educacional Especializado) que vem a ser um suporte complementar na educação escolar, colaborando para a superação dos limites intelectuais do aluno com DI (Deficiência Intelectual) e contribuindo para a melhoria do nível de abstração do aluno na sala regular.

Desse modo, o Atendimento Educacional Especializado deve possibilitar a permanência e o desenvolvimento cognitivo desse alunado. Além de desconstruir a suposição errônea de que a pessoa com DI possuem sempre, acentuada dificuldade na aprendizagem, como também superando as barreiras impostas por grande parte das instituições escolares, facilitando a inserção social dessas pessoas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência e as barreiras encontradas nas instituições escolares

Diante de tantas barreiras que costumeiramente são impostas as pessoas com deficiência, percebemos como é urgente refletir a pautas que dizem respeito às pessoas com deficiência intelectual, desse modo, identificar as barreiras poderá contribuir para que sejam superados os efeitos causados por elas. “Independente do locus das barreiras, elas devem ser identificadas para serem enfrentados, não como obstáculos intransponíveis e sim como desafios a quais nos lançamos com firmeza, com brandura e muita determinação”. Carvalho (2006, p. 128).

Desse modo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, contribui para identificar os diversos tipos de barreiras existentes, barreiras estas que auxiliam para a exclusão, segregação e discriminação das pessoas com deficiência. O Estatuto da Pessoa com Deficiência no Art. 3º, paragrafo IV – denomina como barreiras:

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. (Art.3 IV- ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015).

Mesmo com todos os avanços na legislação, facilmente nos deparamos com muitos tipos de barreiras como: atitudinais, urbanísticas, arquitetônica, nos transportes, nas comunicações, tecnológicas entre outras. Essas barreiras são classificadas segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015, p.10) em: barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas.

Diante de tantas barreiras impostas, ao que se refere à inclusão educacional, é fundamental que haja um engajamento da comunidade escolar, e principalmente dos responsáveis pelo aluno com deficiência intelectual para que se construam mudanças significativas no olhar em relação dos mesmos. Mudanças essas que devem auxiliar na superação das barreiras, principalmente aquelas que são menos perceptíveis, como as barreiras atitudinais.

Metodologia

Para contemplarmos nossos objetivos, adotamos como caminho metodológico, a abordagem de pesquisa qualitativa que segundo Minayo (2013)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. (MINAYO, 2013, p. 21)

Para construção da pesquisa qualitativa utilizamos como instrumento de coleta de dados, entrevistas semiestruturada que de acordo com Minayo (2013, p. 64) “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Através, dessas entrevistas podemos compreender como o Estatuto da Pessoa com Deficiência contribui para a superação das barreiras encontradas pelo aluno com deficiência intelectual, em relação a inclusão escolar.

Assim, adotamos como campo de pesquisa uma escola municipal na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, onde são atendidas na sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado) alunos com deficiência intelectual. Após os dados coletados, utilizamos a análise de conteúdo que Segundo Bardin (2004, p. 38), é definida como “um conjunto de técnicas de análises das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Esta análise nos permite a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção.

Os participantes da entrevista foram escolhidos de acordo com os critérios que respondesse aos nossos objetivos, isto é, pais que tenham filhos com deficiência intelectual. Para que possamos compreender como o Estatuto da Pessoa com Deficiência contribui para a superação das barreiras encontradas pelo aluno com deficiência intelectual, em relação à inclusão escolar. Assim, elencamos 5 participante que se enquadraram nos critérios que respondessem a nossos objetivos. Utilizamos nomes fictícios para identificar os participantes da entrevista, os mesmos foram chamados de: Vitoria, Luta, Conquista, Avanço e Superação.



Resultado e análise

Dentre os dados coletados através da entrevista, elencamos 03 (três) perguntas com as quais obtivemos respostas relevantes, que contemplam nossos objetivos. Como mostra o quadro abaixo.

ENTREVISTADOS	PERGUNTA I	PERGUNTA II	PERGUNTA II
	Qual é o maior problema ou barreira que os pais de filhos com deficiência intelectual encontram para que seus filhos tenham acesso a educação escolar?	Em sua opinião o que seria necessário para superar os problemas ou barreiras encontrados na escola para que seu filho se sinta incluindo?	Você já leu o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou tem conhecimento da existência desde estatuto?
Vitoria	São muitas as dificuldades, mas a indiferença por parte dos professores é a maior delas.	Uma das barreiras é não ter salas exclusivas para pessoas e um tipo de ensino diferenciado que atende a necessidade de cada aluno.	Não, nunca ouvi falar.
Luta	O despreparo dos professores. São poucas as escolas que tem professoras especializadas.	Uma sala apropriada para eles, para que eles se sintam incluídos, porque na maioria das vezes eles ficam isolados no fundo da sala.	Não, ainda não vi, não conheço.
Conquista	A falta de preparo da maioria dos professores para trabalhar com pessoas com deficiência intelectual.	As próprias professoras deveriam ter interesse em estudar sobre deficiência tendo ou não aluno deficiente na sua sala de aula. Porque o conhecimento ajudaria a principal barreira que é a falta de conhecimento de causa.	Sei que existe, mas só ouvi falar em algumas coisas. Como por exemplo, que as pessoas com deficiência intelectual podem casar.
Avanço	A falta de professores comprometidos em realmente ensinar, muitos so querem o salário sem se preocupar com a aprendizagem do aluno.	Que a escola tenha professores capacitados e comprometidos.	Já ouvi falar, mas nunca li.
Superação	A resistência dos pais, e a falta de vontade de alguns profissionais.	Reunir os pais e informar sobre as deficiências. Porque os pais têm muito	Sim, conheço e já li muita coisa. É muito bom porque esclarece os direitos das

		preconceito, por falta de conhecimento e também, Falar da inclusão.	pessoas com deficiência intelectual.
--	--	---	--------------------------------------

Ao perguntarmos qual é o maior problema ou barreira que os pais de filhos com deficiência intelectual encontram para que seus filhos tenham acesso a educação escolar? Pudemos observar de acordo com o quadro acima que os 5 entrevistados alegaram a maior barreira que eles enfrentam é a falta de formação específica dos professores.

Segundo Cunha (2015, p. 102) “A grande maioria dos educadores, provavelmente, ainda está condicionada a práticas de ensino provenientes das tendências pedagógicas que foram incorporados ao senso comum em razão do modelo que predominou na educação por muitos anos”.

Assim, podemos concluir a importância da formação continuada para os professores, pois através dela os mesmos teriam suporte teórico que os possibilitariam a lidar com as diferenças dentro da sala de aula.

Na pergunta II, em sua opinião o que seria necessário para superar os problemas ou barreiras encontrados na escola para que seu filho se sinta incluindo? 2 entrevistados falaram que seria necessário salas especiais para seus filhos estudarem.

Verificamos que as respostas dos entrevistados Vitória e Luta (nomes fictícios) vão de encontro aos princípios da educação inclusiva. Na resposta do entrevistado Superação (nome fictício), ele aborda a questão da falta de conhecimento sobre deficiência e inclusão por parte dos pais. Sobre a importância da presença familiar na educação escolar, Carvalho (2009) pontua que:

A presença dos pais na escola é outra das características da proposta de educação inclusiva. A escola será um espaço inclusivo se, nela, todos forem atores e autores. Os pais devem compor esse cenário, Participando de reuniões nas quais possam dizer do que sentem e pensam sobre a educação inclusiva. (CARVALHO, 2009, 47)

Desta forma, observamos a necessidade da família está presente na escola, contribuindo com os educadores na construção de uma educação inclusiva, onde são consideradas as diferenças na sala de aula, superando as barreiras atitudinais, arquitetônica, a discriminação e o preconceito.

Na pergunta III, você já leu o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou tem conhecimento da existência desde estatuto? Pudemos observar o desconhecimento dos pais sobre as legislações vigentes sobre a inclusão. O que nos leva a refletir sobre a necessidade de realizar uma divulgação sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência na escola que foi o nosso campo de pesquisa. Pois, a

falta de acesso, de estudarem e de compreenderem o Estatuto da Pessoa com Deficiência, os pais acabam revelando o quanto estar desinformados compromete a capacidade de lutar por seus direitos que estão sendo assegurado nesta lei.

Considerações finais

A presente pesquisa nos evidenciou que ainda há grande desconhecimento por parte dos pais entrevistados a respeito do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Que os mesmos, não se valem da lei por não conhecê-la, desse modo a mesma não esta sendo usada como instrumento de luta, de validação dos direitos dos seus filhos.

Quanto aos objetivos específicos os pais pontuaram a falta de formação específica dos professores como geradora do despreparo desses profissionais para lidar com as especificidades de cada aluno, sendo assim, a maior barreira apontada por eles.

As falas dos pais nos levaram a refletir sobre a necessidade de formação continuada para os professores, estudos e trabalho em equipe, reuniões onde haja troca de informações e experiências entre os educadores. Como também, encontros, palestras e debates com a participação efetivas com todos os pais e a comunidade escolar.

Assim, concluímos que mesmo com a promulgação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ainda há muito a ser superado e conquistado em relação a essas barreiras que obstruem a participação da pessoa com deficiência intelectual na sociedade e principalmente no âmbito escolar.

Referencias

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa; Edições 70, 2004.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição Federal da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

_____. **Estatuto da pessoa com deficiência** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015. 65 p. Conteúdo: Lei nº 13.146/2015.

_____. Decreto Lei Nº 6571, de 17 de setembro de 2008 – AEE – Dispõe sobre o **atendimento educacional especializado** (2008).

_____. Declaração Mundial de Educação para todos, **Conferência de Jomtien** (1990).

____ Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

____ Declaração de Guatemala – 1999.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: os pingos nos “is”**. – Porto Alegre: Mediação, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **A escola inclusiva como a que remove barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos**. GOMES, Marcio. (organizador) **Construindo as trilhas para a inclusão**. – Petropolis, RJ: Vozes 2009.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS - Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 (UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009).

KRYNSKI, S. **Novos rumos da deficiência mental**. São Paulo, Sarvier. 1983

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade** / Suely Ferreira Deslande; Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 33. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SCHAFFER, David (1996) A Participant's Observations: Preparing DSM-IV [6] Can J Psychiatry 1996;41:325–329. American Psychiatric Association (1996), Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Third Edition, Revised 9 DSM – IV). Washington, D. C.: American Psychiatric Association.

SILVA, Risonete Rodrigues; DUARTE. A.M.T; SILVA JUNIOR, Samuel Pereira. **Direitos e conquistas na inclusão de pessoas deficientes nas escolas de ensino regular: reflexão acerca do estatuto da pessoa com deficiência**. II Congresso de Direitos Humanos – III Seminários de Direitos Humanos – GEPIDU – 2017.